

Arquivo pessoal



Mulheres reunidas durante formação com o Cfemea no acampamento do MST Ana Primavera

Divulgação/Movimento de mulheres camponesas do DF



A Coofesus une autogestão, sustentabilidade e fortalecimento comunitário

# Terra, cuidado e autonomia

» LETÍCIA MOUHAMED  
» ANA CAROLINA ALVES

Se para todo produtor rural ter um espaço para plantar e morar é fundamental, para as mulheres que vivem em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), essa demanda é mais urgente. O acesso à terra para ela é um caminho rumo à emancipação. Bárbara Pereira, 57 anos, que o diga. Moradora no Acampamento 8 de Março, em Planaltina, ela coordena a Cooperativa Feminista para a Sustentação da Vida (Coofesus) naquele local. “O projeto vai permitir que tenhamos meios de trabalho e independência pessoal e financeira. É um movimento que valoriza a coletividade”, diz.

A Coofesus é uma iniciativa construída por mulheres do campo a partir da parceria entre o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e o MST no Distrito Federal e no Entorno. “Na prática, a união das trabalhadoras rurais visa permitir que **mulheres isoladas** pela divisão sexual do trabalho tenham artifícios para gerar a própria renda. Isso contribui para a criação de laços de afeto e pertencimento”, explica Guacira Cesar de Oliveira, socióloga e coordenadora do Cfemea. “O objetivo é que o autocuidado caiba no cotidiano delas, porque a vida não se sustenta apenas com ganhos financeiros”, acrescenta.

Como muitas são mães solo e/ou estão na faixa dos 40 e 50 anos — estas cuidando dos netos e de pessoas idosas —, há dificuldades em trabalhar fora e cuidar de si. Daí a importância da coletividade, que se mobiliza para manter a fonte de renda dentro da comunidade e com uma organização adequada, em termos de dias, horários e demandas, à realidade de cada mulher. No momento, a Coofesus está em construção, com a elaboração formal de um estatuto. O projeto conta com cerca de 60 participantes, distribuídas em um assentamento e quatro acampamentos, em Brazlândia, Planaltina e Água Fria de Goiás (GO).

“Pela cooperativa e pelo MST, somos incentivadas a voltar a estudar. Eu mesma estou fazendo a EJA (Educação de Jovens e Adultos), mas temos colegas enfermeiras, professoras, advogadas, agrônomas. Elas aprendem e

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mônica Barbosa: 16 anos no assentamento Oscar Niemeyer

## Divisão sexual do trabalho

Separação das tarefas sociais entre homens e mulheres com base no gênero. Enquanto os homens ficam com o trabalho produtivo e remunerado fora de casa, as mulheres recebem o trabalho reprodutivo e de cuidado não pago dentro do lar.

voltam à comunidade para aplicar esses conhecimentos, beneficiando a todos”, afirma Bárbara, que produz conservas de legumes e temperos, além de vender plantas ornamentais. “Sair de madrugada, trabalhar para os outros o dia inteiro e ganhar uma mixaria é muito injusto. Lutamos por nossa terra, que é sustento alimentar e econômico”, reforça.

Em breve, a comunidade do 8 de Março vai inaugurar a primeira casa de farinha coordenada por uma cooperativa de mulheres no DF. Além de suprir a própria nutrição, o alimento será fonte de renda. “Seguiremos essa lógica: se, por acaso, tenho filhos e não consigo estar lá todos os dias, são as mulheres do grupo que irão se mobilizar para auxiliar no que sobrar de trabalho. Vamos discutir possibilidades e tomar

decisões coletivas, mas pensando no contexto de cada uma. Trabalho e cuidado devem andar de mãos dadas”, ressalta a produtora rural.

## Feminismo e agroecologia

Para além do impacto social e da organização comunitária, a formalização em modelos cooperativos é um passo decisivo para conferir viabilidade e escala à produção feminina. Segundo a professora da Universidade de Brasília (UnB) Flaviane de Carvalho Canavesi, especialista em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, estar organizada sob uma estrutura jurídica amplia o alcance de políticas públicas e de fomento ao crédito.

“São grupos muitíssimo relevantes para o desenvolvimento econômico e social na agricultura familiar”, avalia a docente. Ela lembra que a inserção de mulheres no cooperativismo rural enfrenta gargalos históricos, mas avança impulsionada por pautas como a divisão justa do trabalho e a igualdade de gênero. “No movimento agroecológico brasileiro, há um lema muito forte: sem feminismo, não há agroecologia”, diz.

Mônica Barbosa, 43, concorda. A trabalhadora rural vive há 16 anos no Assentamento Oscar Niemeyer, em Brazlândia, onde mantém uma produção de animais e um sistema agroflorestal para a produção de alimentos.

Arquivo pessoal



Bárbara Pereira: Coofesus no acampamento 8 de Março

Ela descreve a rotina como “produtiva” e destaca o trabalho diário na produção como parte da vivência no campo. Para Mônica, porém, as mulheres rurais enfrentam obstáculos estruturais que dificultam a permanência e a autonomia no meio rural.

“Além da dupla ou tripla jornada de trabalho, são desafios o acesso restrito à propriedade da terra e às linhas de crédito agrícola, a invisibilidade social de suas atividades produtivas e a maior vulnerabilidade a situações de violência e isolamento geográfico”, frisa. Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A), de 2024, indicam que a população da área rural do DF é de quase 122 mil pessoas, das quais 48,1% são do sexo feminino, sendo a maioria entre 35 a 39 anos (4.952).

Segundo a trabalhadora, organizar-se por meio da cooperativa feminista representa uma experiência de fortalecimento e autonomia para as mulheres do assentamento. “Esse modelo (de produção) une os valores da economia solidária com a luta por direitos, garantindo que as mulheres gerenciem seus próprios negócios de forma justa e democrática”, explica.

## Competitividade

A abordagem proposta pela Coofesus vai ao encontro do debate proposto

Com apoio do Cfemea e do MST, produtoras rurais do DF unem autogestão, sustentabilidade e fortalecimento comunitário por meio da Cooperativa Feminista para a Sustentação da Vida. O bem-viver é aliado à produção no campo

por Flaviane de Carvalho, que questiona as métricas tradicionais de mercado. De acordo com a professora, o conceito puramente financeiro de competitividade está sendo revisado diante da necessidade de respostas mais complexas para problemas como a crise climática e a insegurança alimentar.

“A análise tradicional sobre rentabilidade e competitividade encontra-se em processo de revisão. Ao observarmos cooperativas lideradas por mulheres, especialmente voltadas a sistemas agroecológicos, percebemos a construção de respostas multidimensionais. Diante da instabilidade climática, essas organizações demonstram maior resiliência”, observa Flaviane.

Para a especialista, iniciativas que promovem o alimento agroecológico vão muito além do comércio: tratam-se de estratégias de promoção da saúde coletiva e de aproximação entre o campo e a cidade. Ela cita como exemplo políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além das feiras comunitárias.

Para participar da Coofesus, é importante passar por uma formação de cerca de 70 dias, que trata de instrumentos de gestão coletiva, como planos de trabalho e divisão horizontal de responsabilidades. Nesse contexto, é elaborado um projeto econômico, definindo produtos, estratégias de comercialização, incluindo feiras, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), plataformas digitais e o mapeamento de recursos necessários para viabilizar a iniciativa.

Com a formação, Mônica Barbosa espera fortalecer práticas de cuidado e autocuidado coletivo e ampliar a autonomia das participantes. “Espero que possamos combater todas as formas de violência, pois acredito e luto para ser uma mulher empoderada e que assumo meu lugar de fala”, declara. A agricultora pretende colocar os conhecimentos em prática na cooperativa e ampliar a produção coletiva. “Seguimos organizadas, pois juntas seremos mais fortes”, destaca.

## ECONOMIA



Sindiatacadista-DF em encontro promovido pelo Correio

# Setor atacadista prevê pressão de custos em 2026

» CARLOS SILVA

Representantes do setor atacadista do Distrito Federal projetam um cenário de cautela para 2026, marcado pela pressão de custos, mudanças nas regras trabalhistas e tributárias, inadimplência e menor poder de compra dos consumidores. Os desafios foram discutidos durante encontro promovido pelo **Correio**, que reuniu empresários e dirigentes do segmento para debater as

perspectivas econômicas.

O presidente do Sindiatacadista-DF, Alaor Gomes Neto, afirmou que medidas como a reforma tributária, uma eventual mudança na escala 6x1 e a ampliação do adicional de periculosidade para motociclistas podem aumentar as despesas das empresas. “O setor atacadista paga, enquanto as plataformas digitais não pagam, porque seus trabalhadores são pessoas jurídicas, enquanto os nossos são celetistas (CLT)”,

A inadimplência também foi apontada como um dos principais entraves para o setor. Anderson afirmou que a dificuldade de pagamento dos consumidores afeta diretamente o caixa dos varejistas e, consequentemente, as compras feitas junto aos atacadistas. O vice-presidente do **Correio**, André Lamounier, destacou a importância do setor atacadista para a atividade econômica e afirmou que o encontro busca aproximar o veículo do setor produtivo.



Confira entrevista com representantes do setor

“Hoje, o comércio é um segmento absolutamente importante, que é o papel da bússola da economia. Quando o setor atacadista é forte, o movimento da cadeia do varejo faz sentido”, afirmou.